



LEI Nº 764, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

Alteram dispositivos da Lei nº 60, de 31 de Dezembro de 1993, que institui o Código Tributário do Município de Quevedos, e dá providências.

O Prefeito de Quevedos, Estado do Rio Grande do Sul. Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Artigos 105, 107, 108 e 109 da Lei nº 60, de 31 de Dezembro de 1993, passam a vigor com as seguintes redações:

“Art. 105. Para efeitos de incidência da contribuição de melhoria, considera-se obra pública a de:

I - abertura, alargamento, pavimentação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças, vias e passeios públicos.

II - construção e ampliação de parques, campos de esportes, pontes, túneis e viadutos.

III - aterro, ajardinamento e obra urbanística em geral.

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas e telefônicas, transportes e comunicações em geral.

V - proteção contra as secas, inundações, erosão e de saneamento e drenagem em geral, diques, canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação.

VI - construção e pavimentação de estradas de rodagem.

VII - aterros e realizações de estabelecimentos em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.



VIII - outras obras similares, de interesse público.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 106. ...

§1º ...

§2º ...

SEÇÃO III

CÁLCULO

Art. 107. A contribuição de melhoria será calculada pela valorização parcial ou total do imóvel em virtude das obras públicas decorrentes do Art. 105.

Art. 108. Em decorrência da execução, pelo Poder Executivo Municipal, das obras descritas no Art. 105, será cobrada a Contribuição de Melhoria, observado os seguintes critérios:

I - serão considerados beneficiados apenas os imóveis que possuam frente para as vias indicadas.

II - considera-se ocorrido o fato gerador da Contribuição de Melhoria na data da conclusão da obra referida.

Art. 109. Para cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração Municipal determinará para cada obra, o valor a ser ressarcido, através dos seguintes itens:

I - delimitação das áreas diretamente beneficiadas e a relação dos proprietários de imóveis nelas compreendidos.

II - memorial descritivo do projeto para cada obra.

III - orçamento total ou parcial do custo de cada obra.

IV - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição com base na valorização de cada



imóvel beneficiado, com o correspondente plano de rateio, contendo, em anexo, a planilha de cálculo.

V - o Poder Executivo Municipal reserva-se o direito de cobrir os gastos com a contribuição de melhoria no montante total de até 50% (cinquenta por cento) da valorização imobiliária definida em Laudo de avaliação para cada obra executada.

Parágrafo único. O valor a ser ressarcido em virtude da contribuição de melhoria deverá ser igual ou inferior ao custo da obra”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Quevedos, RS, em 03 de Outubro de 2014. 22ª de Emancipação Político-administrativa. 21ª de Instalação do Município.

ALDORI FLORES VIEIRA
PREFEITO

João Antonio Dias Nágera
Procurador Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.